****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,99, Ano 66 Sábado**

**22 de Maio de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.262, DE 21 DE MAIO DE 2021**

Declara de utilidade pública as entidades que especifica.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e à vista do que consta dos processos administrativos nºs 6010.2020/0002224-1 e 6010.2020/0003989-6,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, nos termos da Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955, com alterações posteriores, as seguintes entidades sediadas no Município de São Paulo:

I – INSTITUTO EDUCACIONAL PROJETANDO O FUTURO,

CNPJ nº 97.334.676/0001-53;

II - CLUBE DE MÃES DO JARDIM TURQUESA, CNPJ nº 06.303.115/0001-31.

Art. 2º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 21 de maio de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 21 de maio de 2021.

**DECRETO Nº 60.263, DE 21 DE MAIO DE 2021**

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e à vista do que consta do processo administrativo 6010.2020/0003091-0;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955, com alterações posteriores, a entidade denominada INSTITUTO EL ELYON, CNPJ 33.112.289/0001-90 sediada no Município de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 21 de maio de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 21 de maio de 2021.

**DECRETO Nº 60.264, DE 21 DE MAIO DE 2021**

Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis particulares situados nos Distritos da Lapa e da Barra Funda,

Subprefeitura da Lapa, necessários à implantação do prolongamento da Avenida Auro Soares de Moura Andrade.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e na conformidade do disposto nos artigos 5º, alínea “i”, e 6º do Decreto- -lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para serem desapropriados judicialmente ou adquiridos mediante acordo, os imóveis particulares situados nos Distritos da Lapa e da Barra Funda, Subprefeitura da Lapa, necessários à implantação do prolongamento da Avenida Auro Soares de Moura Andrade, contidos na área de 246.336,80m² (duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e seis metros e oitenta decímetros quadrados), delimitada pelos perímetros abaixo discriminados, indicados nas Plantas P-33.298-A0, P-33.299-A0, P-33.300- -A0, P-33.301-A1, P-33.302-A0, P-33.303-A0, P-33.304-A1 e P-33.305-A1 do arquivo do Departamento de Desapropriações, as quais se encontram juntadas nos documentos nº

03957307, 036957635, 037067881, 037067994, 037068105, 037068207, 037068404 e 037068499 do processo administrativo nº 7910.2020/0000645-4:

I – Planta P-33.298-A0: área de 37.358,50m² (trinta e sete mil, trezentos e cinquenta e oito metros e cinquenta decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-

12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-1;

II – Planta P-33.299-A0: área 1 de 50.521,24m² (cinquenta mil, quinhentos e vinte e um metros e vinte e quatro decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-

11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-1; área 2 de 1.494,71m² (mil quatrocentos e noventa e quatro metros e setenta e um decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 4-5-27-28-29-4; área 3 de 3.569,13m² (três mil, quinhentos e sessenta e nove metros e treze decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 7-8-9-10-11-12-13-7;

III – Planta P-33.300-A0: área de 15.119,75m² (quinze mil, cento e dezenove metros e setenta e cinco decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-1;

IV – Planta 33.301-A1: área de 6.560,64m² (seis mil, quinhentos e sessenta metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-1;

V – Planta 33.302-A0: área 1 de 52.731,17m² (cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e um metros e dezessete decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-9- 10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28- 29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-1; área 2 de 1.482,23m² (mil quatrocentos e oitenta e dois metros e vinte e três decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 18-19-20-21-47-48-49-18; área 3 de 990,36m² (novecentos e noventa metros e trinta e seis decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 42-43-44-45-46-42;

VI – Planta P-33.303-A0: área 1 de 32.042,30m² (trinta e dois mil, quarenta e dois metros e trinta decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14- 15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33- 34-35-36-37-38-1; área 2 de 4.374,30m² (quatro mil, trezentos e setenta e quatro metros e trinta decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44- 45-46-47-48-34; área 3 de 9.804,60m² (nove mil, oitocentos e quatro metros e sessenta decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-48-49- 50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-23; área 4 de 2.792,20m² (dois mil, setecentos e noventa e dois metros e vinte decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 41-42- 66-67-68-69-70-71-41;

VII – Planta P-33.304-A1: área 1 de 13.960,70m² (treze mil, novecentos e sessenta metros e setenta decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-

15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-1; área 2 de 221,70m² (duzentos e vinte e um metros e setenta decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-31-1;

VIII – Planta P-33.305-A1: área de 13.313,27m² (treze mil, trezentos e treze metros e vinte e sete decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14- 15-16-17-18-19-20-21-22-23-1.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 21 de maio de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

MARCOS MONTEIRO, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo

Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 21 de maio de 2021.

**DECRETO Nº 60.265, DE 21 DE MAIO DE 2021**

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e à vista do que consta do processo administrativo nº 6010.2020/0004174- 2,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da

Lei nº 4.819, de 21 de novembro de 1955, com alterações posteriores, a entidade denominada INSTITUTO MIRACEMA, CNPJ nº 02.483.438/0001-01, sediada no Município de São Paulo.

Art. 2º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 21 de maio de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 21 de maio de 2021.

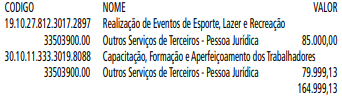
**DECRETO Nº 60.266, DE 21 DE MAIO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 164.999,13 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

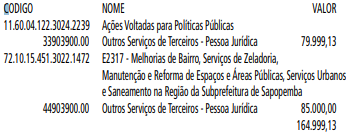
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 164.999,13 (cento e sessenta e quatro mil e novecentos e noventa e nove reais e treze centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 21 de maio de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 21 de maio de 2021.

**DECRETO Nº 60.267, DE 21 DE MAIO DE 2021**

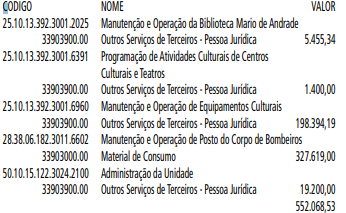
Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 552.068,53 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, da Subprefeitura Butantã e da Secretaria Municipal de Cultura,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 552.068,53 (quinhentos e cinquenta e dois mil e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 21 de maio de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 21 de maio de 2021.

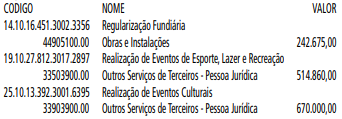
**DECRETO Nº 60.268, DE 21 DE MAIO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 4.802.793,00 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

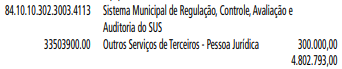
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, do Fundo Municipal de Saúde, da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha, da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, da Subprefeitura Ipiranga, da Subprefeitura Itaquera, da Subprefeitura de Guaianases, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, da Subprefeitura Capela do Socorro, da Secretaria Municipal de Habitação e da Subprefeitura Perus/Anhanguera,

D E C R E T A:

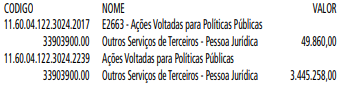
Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 4.802.793,00 (quatro milhões e oitocentos e dois mil e setecentos e noventa e três reais), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:

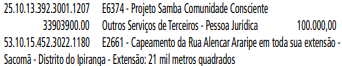






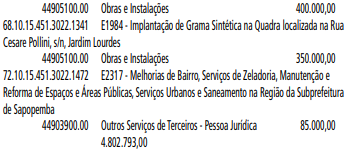
Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1ºfar-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial,em igual importância, das seguintes dotações:











Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 21 de maio de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 21 de maio de 2021.

**DECRETO Nº 60.269, DE 21 DE MAIO DE 2021**

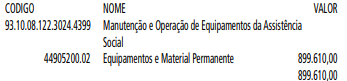
Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 899.610,00 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades do Fundo Municipal de Assistência Social,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 899.610,00

(oitocentos e noventa e nove mil e seiscentos e dez reais), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 21 de maio de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 21 de maio de 2021.

**DECRETO Nº 60.270, DE 21 DE MAIO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

R$ 3.134.059,47 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo,

usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de

dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes

às atividades da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria

Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, da Secretaria Municipal de Educação e dos Encargos Gerais do Município,

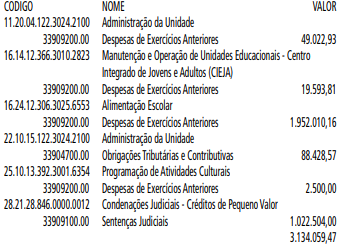
D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 3.134.059,47

(três milhões e cento e trinta e quatro mil e cinquenta e nove

reais e quarenta e sete centavos), suplementar às seguintes

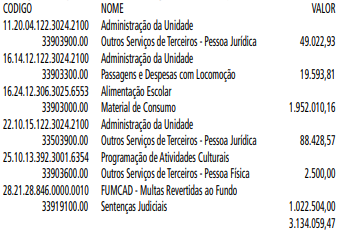
dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º

far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial,

em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua

publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 21 de

maio de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal

da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 21 de

maio de 2021.

**DECRETO Nº 60.271, DE 21 DE MAIO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

R$ 706.875,02 de acordo com a Lei nº

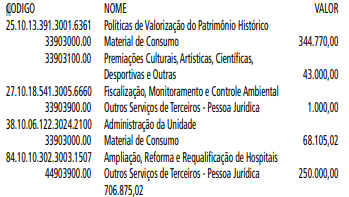
17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, da

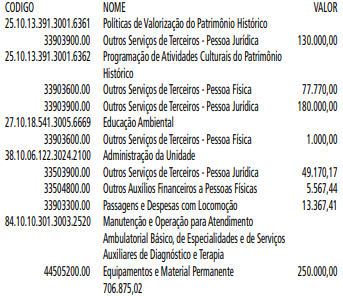
Secretaria Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 706.875,02 (setecentos e seis mil e oitocentos e setenta e cinco reais e dois centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 21 de maio de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 21 de maio de 2021.

**PORTARIAS**

**PORTARIA 726, DE 21 DE MAIO DE 2021**

**PROCESSO SEI 6064.2021/0000741-9**

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Exonerar o senhor **BRUNO FERREIRA DE NOVAIS**, RF 805.261.1, a pedido e a partir de 24/05/2021, do cargo de Assessor Técnico I, Ref. DAS-11, da Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico - **CDE, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo**, vaga 13537, constante do Decreto 58.153/18 e da Lei 16.974/18.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 21 de maio de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

**DESPACHOS DO PREFEITO**

**6067.2021/0010499-2** - CONTROLADORIA GERAL DO

MUNICÍPIO - Adesão ao programa “Time Brasil”. - À vista dos elementos contidos no presente, em especial as manifestações da Assessoria Técnica da Controladoria Geral do Município (doc 042867804) e da Assessoria Jurídica deste Gabinete (doc 044235064), AUTORIZO a Controladoria Geral do Município a manifestar, junto ao Núcleo de Ação de Ouvidoria e Prevenção (Naop) da Controladoria-Geral da União em São Paulo, o interesse do Município de São Paulo em aderir ao Programa “Time Brasil”, que visa ao aprimoramento da transparência, da integridade e da participação social na gestão em Municípios e Estados.

6010.2021/0000819-4 - Adesão ao Programa ADA –

Ação de Distribuição de Alimentos do Ministério da Cidadania. - À vista dos elementos que instruem o Processo SEI

6010.2021/0000819-4, em especial as manifestações da PREF/

VICE, da SMDHC e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, AUTORIZO a adesão do Município de São Paulo ao Programa ADA

– Ação de Distribuição de Alimentos do Ministério da Cidadania regido pela Portaria MC nº 618/2021, consoante os temos da minuta doc. 042335011.

**SECRETARIAS PAG. 08**

**SÉ**

GABINETE DO SUBPREFEITO

**SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES -**

**SEI DESPACHOS: LISTA 881**

**SUBPREFEITURA DA SÉ**

ENDERECO: RUA ÁLVARES PENTEADO, 49

A vista do contido no 6056.2021/0003837-0 - JESUALDO

DOS PRAZERES AMACIO - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003839-6

- RAFAEL APARECIDO RODRIGUES DE LIMA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003840-0 - ELIANA LOPES PEREIRA DE AMORIM

- DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003841-8 - REGINALDO LIMA DIAS -

DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003842-6 - LUANA DE OLIVEIRA MARTINS - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003843-4 - VALDEMIR LOPES DE AMORIM - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003844-

2 - IARA MENDES - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº

58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003845-0 -

JOSE APARECIDO BEZERRA DA SILVA 40318982404 - DEFIRO A

PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no

6056.2021/0003847-7 - MARIA GORETE PEREIRA MASCARENHAS - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003848-5 - ELIANA LOPES PEREIRA DE AMORIM - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003849-3 -

CARAMELOMIA ACESSORIOS E MODA ANIMAL EIRELI - DEFIRO

A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003850-7 - UELTON LOPES SANTOS

- DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e

Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6056.2021/0003851-5 - VALDEMIR LOPES DE AMORIM - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019.

.**6052.2021/0000845-2 - TERMO DE PERMISSÃO DE USO PARA BANCA DE JORNAIS E REVISTAS**

**DESPACHO DEFERIDO**

**INTERESSADO: CELSO SAMIR RASSY**

**DESPACHO:**

I **- DEFERIDO** o pedido do permissionário CELSO SAMIR

RASSY, para o desconto de 50% no valor do preço sobre Uso e

Ocupação do Solo para o TPU n° 0267/02/AR-SÉ/97, nos termos do artigo 2° do Decreto n° 32.931/1992 e Orientação Normativa n° 001/SMSP/2015, para o exercício de 2020;

II - Publique-se, encaminhando a seguir a CPDU/STF, para as providências subsequentes.

**6056.2021/0001928-6 - EMISSÃO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO PARA BANCA DE JORNAIS E REVISTAS**

**DESPACHO DEFERIDO**

**INTERESSADO: WALTER CARACHESTI**

**DESPACHO:**

**I - DEFERIDO** o pedido do Sr. WALTER CARACHESTI, para o desconto de 50% no valor do preço sobre Uso e Ocupação do Solo para o TPU n° 4189/02/AR-SÉ/02, nos termos do artigo

2° do Decreto n° 32.931/1992 e Orientação Normativa n° 001/

SMSP/2015, para o exercício de 2020;

II - Publique-se, encaminhando a seguir a CPDU/STF, para as providências subsequentes.

**6056.2020/0004067-4 - EMISSÃO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO PARA BANCA DE JORNAIS E REVISTAS**

**DESPACHO DEFERIDO**

**INTERESSADO: JOSÉ RIBEIRO NETO**

**DESPACHO:**

**I - DEFERIDO** o pedido do permissionário JOSÉ RIBEIRO

NETO, para o desconto de 50% no valor do preço sobre Uso e

Ocupação do Solo para o TPU n° 0318/02/AR-SÉ, nos termos do artigo 2° do Decreto n° 32.931/1992 e Orientação Normativa n° 001/SMSP/2015, para o exercício de 2020;

II - Publique-se, encaminhando a seguir a CPDU/STF, para as providências subsequentes.

**6056.2021/0001381-4 - TERMO DE PERMISSÃO DE**

**USO PARA BANCA DE JORNAIS E REVISTAS**

**DESPACHO DEFERIDO**

**INTERESSADO: NEUSA SATIM MIQUELINO**

**DESPACHO:**

**I - DEFERIDO** o pedido da permissionária NEUSA SATIM

MIQUELINO, para o desconto de 50% no valor do preço sobre

Uso e Ocupação do Solo para o TPU n° 0156/02/AR-SÈ/97, nos termos do artigo 2° do Decreto n° 32.931/1992 e Orientação

Normativa n° 001/SMSP/2015, para o exercício de 2020;

II - Publique-se, encaminhando a seguir a CPDU/STF, para as providências subsequentes.

**6056.2021/0000705-9 - TERMO DE PERMISSÃO DE**

**USO PARA BANCA DE JORNAIS E REVISTAS**

**DESPACHO DEFERIDO**

**INTERESSADO**: ADILSON SALES CAVALCANTI

**DESPACHO:**

**I - DEFERIDO** o pedido do permissionário ADILSON SALES

CAVALCANTI, para o desconto de 50% no valor do preço sobre

Uso e Ocupação do Solo para o TPU n° 0118/03/PR-SE/2017, nos termos do artigo 2° do Decreto n° 32.931/1992 e Orientação Normativa n° 001/SMSP/2015, para o exercício de 2020;

II - Publique-se, encaminhando a seguir a CPDU/STF, para as providências subsequentes.

A vista do contido **no 6056.2021/0003838-8 - JOSE**

**APARECIDO BEZERRA DA SILVA 40318982404 - DEFIRO A**

**PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO** para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no **6056.2021/0003846-9 - COSME DE OLIVEIRA GOMES - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO** para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..DESPACHO

I. À vista das informações constantes nos autos e dos demais elementos de convicção, nos termos do artigo 114, § 5º da Lei Orgânica do Município de São Paulo e da Lei Municipal nº 13.399/02, artigo 9º, inciso XXVI, restou DEFERIDO o pedido para “Container Aquário Urbano”, realizado por **Secretaria Municipal de Desenvolvimento**

**Econômico, Trabalho e Turismo**, que acontecerá do dia 08/04 a 08/07/2021, sito à Rua Bento Freitas, 448. Conforme estabelecido no processo administrativo SEI nº

**6064.2021/0000555-6;**

**II. PORTARIA nº 0032/SUB-SÉ/GAB/2021**

O Senhor MARCELO VIEIRA SALLES, Subprefeito da Sé, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 13.399/02, artigos 3º e 9º que dispõem sobre a criação das Subprefeituras no Município de São Paulo, e outorga à competência da Administração Municipal, no âmbito das Subprefeituras, aos Subprefeitos, a quem cabe a decisão, direção, gestão e o controle dos assuntos municipais locais, respeitada a legislação vigente e observadas as prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a competência do Subprefeito em fiscalizar, no âmbito da sua Subprefeitura, na região administrativa correspondente, o cumprimento das leis, portarias e regulamentos, fornecer subsídios para a elaboração das políticas municipais, definir normas e padrões de atendimento das diversas atividades de responsabilidade do Município e decidir, na instância que lhe couber, os assuntos da área de sua competência;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar e apoiar projetos e ações que incorporem atividades culturais, físicas, esportivas e de lazer aos hábitos de vida saudável na região desta Subprefeitura;

**RESTOU AUTORIZADO**:

I - O uso do Espaço Publico, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 114 da Lei Orgânica do Município de São Paulo;

II - Devendo ser observados os limites de ruídos, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 16.402/16, regulamentada pelo Decreto nº 57.299/16;

III - Restou vedada a comercialização de bebidas alcoólicas nos termos da Lei nº 14.450/2007, que institui o combate da venda ilegal de bebidas alcoólicas à Criança e Adolescente; e dos equipamentos previstos no artigo 4º do Decreto nº 55.085/14, exceto as condições da hipótese prevista no Capitulo VI - Do Comércio de Alimentos durante a Realização de Eventos.

IV - Após o encerramento, o responsável, restou obrigado a entregar o logradouro público inteiramente livre e desimpedido de bens e objetos. A limpeza da área pública deve ser efetuada imediatamente após o término do evento, sendo de responsabilidade de seus coordenadores. O local deve ser entregue conforme recebido;

V - Fica a Supervisão de Limpeza Pública responsável pela fiscalização das condições anteriores e posteriores da área, a fim de apurar o cumprimento do item IV desta Portaria;

VI - O responsável deve obter junto ao setor competente de saúde: ambulância e equipe médica, quando necessário; junto à Enel/Sabesp: serviços relativos à energia e água a serem fornecidas no local; junto ao Corpo de Bombeiros: laudos técnicos necessários; e junto à CET: organização do trânsito nas vias e adjacentes; obter junto a CET - Companhia de Engenharia de Tráfego, as autorizações competentes, observando as restrições e recomendações técnicas por ela apresentadas; obter, antecipadamente, junto a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU, as autorizações competentes, observando as restrições e recomendações técnicas por ela apresentadas;

VII - Resta condicionado para execução de evento:

a) Aplicar-se-ão, no que couberem, as disposições da Lei Municipal nº14.450/07, em especial no que tange a artigo 4º, incorrendo o infrator em todas as penas previstas naquele diploma legal; b) Proíbe-se a colocação de faixas, cartazes, placas e assemelhados, de conformidade com a Lei Municipal nº14.223/06, regulamentada pelo Decreto nº 47.950/06; c) Proíbe-se a distribuição de qualquer material impresso de divulgação, incluindo panfletos, flyer, etc., de conformidade com a Lei Municipal nº 14.223/06, regulamentada pelo Decreto nº 47. 950/06 d) Proíbe-se o uso de veículos no passeio público, bem como nas áreas de circulação de pedestres e nos calçadões; e) Proíbe-se fogos de artifícios e fogueiras;

VIII - Resta proibida a instalação de comércio ambulante, a título oneroso ou não para o local, exceto artista de rua, nos termos da Lei específica;

IX - Quaisquer infrações às diretrizes estabelecidas nesta Portaria implicam na suspensão de concessões de autorizações para a realização de novos eventos de qualquer ordem, sem prejuízo das multas e demais sanções legais cabíveis. No mais, a responsabilidade por danos pessoais ou patrimoniais eventualmente decorrentes do

evento cabe ao solicitante responsável pelo evento, ainda que dele supervenientes, por consequência, isentando a Municipalidade.

6056.2021/0003867-1 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa ADEGA RUIVO'S LTDA CNPJ 40393344000122 teve sua licença deferida.

6056.2021/0003868-0 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa ADEGA RUIVO'S LTDA CNPJ 40393344000122 teve sua licença deferida.

6056.2021/0003869-8 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa ADEGA RUIVO'S LTDA CNPJ 40393344000122 teve sua licença deferida.

6056.2021/0003870-1 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa ADEGA RUIVO'S LTDA CNPJ 40393344000122 teve sua licença deferida.

6056.2021/0003871-0 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa ADEGA RUIVO'S LTDA CNPJ 40393344000122 teve sua licença deferida.

6056.2021/0003830-2 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa JCN LICENCIAMENTO LTDA CNPJ

18871771000110 teve sua licença deferida.

6056.2021/0003831-0 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa JCN LICENCIAMENTO LTDA CNPJ

18871771000110 teve sua licença deferida.

6056.2021/0003832-9 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa ESPACO ODONTOLOGICO MLA LTDA CNPJ

37579206000128 teve sua licença deferida.

6056.2021/0003834-5 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

DEFERIDO

A empresa CIENLABOR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ 2814280000288 teve sua licença deferida.

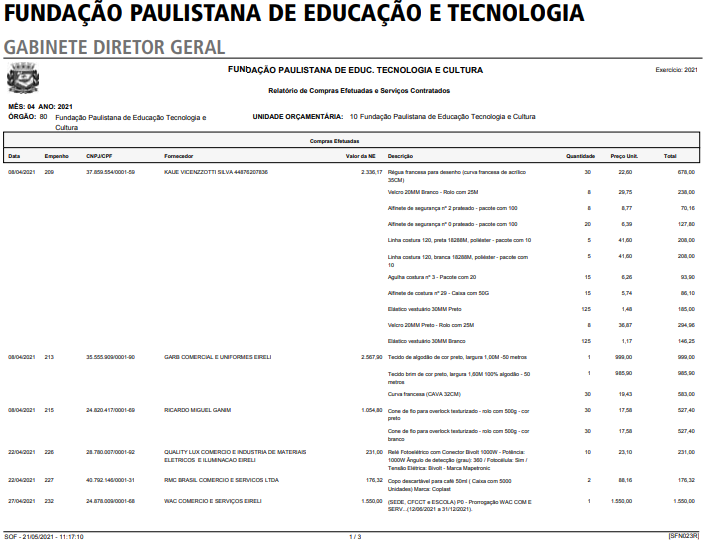
6056.2021/0003835-3 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil

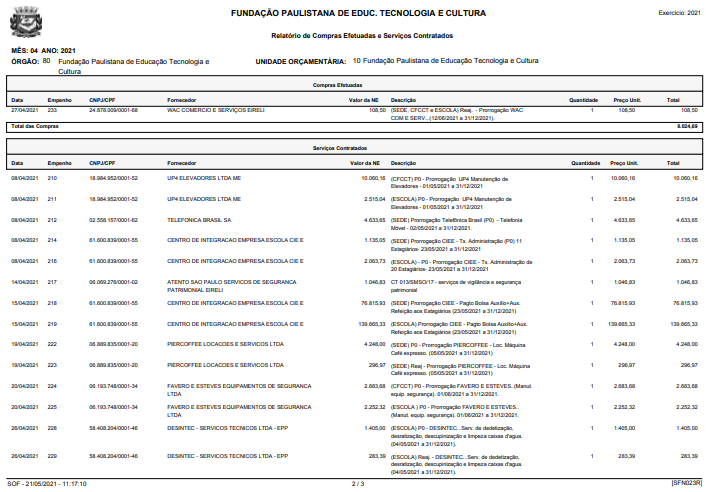
DEFERIDO

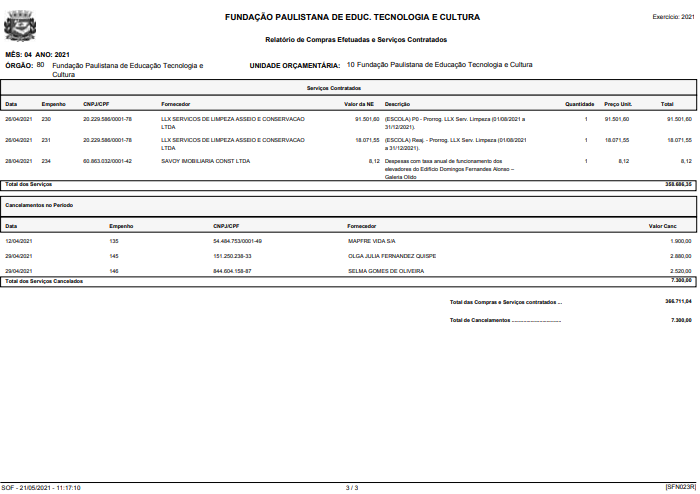
A empresa CIENLABOR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ 2814280000288 teve sua licença deferida

**EDITAIS PAG. 51**

****

****

****

**EXTRATO TERMO DE DOAÇ Ã O Nº. 01 – FPETC/2021**

**P R O C E S S O S E I n º 8 1 1 0 . 2 0 2 1 / 0 0 0 0 2 4 9 - 7 e**

**8110.2021/0000292-6**

**DO OBJETO**

Constitui objeto do presente a doação dos seguintes bens, serviços ou direitos, conforme despachos homologatórios de protocolo sei 043652849 (Processo 8110.2021/0000292-6) publicado no DOC em 08/05/2021 página 07 e 042875944 (Processo 8110.2021/0000249-7) publicado no DOC em 24/04/2021 página 04:

Oferecimento de 100 (cem) bolsas de estudos para o curso de formação inicial e continuada e qualificação profissional com duração de 80 horas aulas, mais jornada de mínimo de 240,horas de estudo na plataforma, através de materiais de apoio, a fim de trabalhar a capacitação em um outro idioma além do português, desenvolvimento educacional, interação social, oportunidade de uma melhor inserção no mercado de trabalho.

DAS OBRIGAÇ Õ ES DOS SIGNATÁ RIOS

São obrigações do DOADOR:

Cumprir com o ofertado na proposta, conforme o PRESENTE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO ESPECÍFICO nº05/

FPTEC/2021.

Apresentar o bem, para tradição, ou o serviço, para oferta, no(s) local(is) indicado(s) pela FUNDAÇÃO PAULISTANA. Responsabilizar-se por danos pessoais e/ou materiais que envolvam o fornecimento do bem, serviço ou direito ofertado na proposta.

São obrigações da FUNDAÇÃO PAULISTANA:

Prover e as condições necessárias para cumprimento da oferta consubstanciada na proposta.

DA VIGÊ NCIA

A vigência deste Termo compreende o período entre data de sua assinatura e a data do adimplemento total das obrigações objeto do mesmo.

DA PUBLICAÇ Ã O

A FUNDAÇÃO PAULISTANA providenciará a publicação do presente instrumento e seu extrato, nos termos do Decreto no 58.102/2018.

INEXISTÊ NCIA DE VÍ NCULO DE PESSOAL

Não se estabelecerá nenhum vínculo, em especial de natureza trabalhista, entre o pessoal utilizado por quaisquer das partes para a execução das atividades decorrentes do presente Termo.

DA PREVISÃO ANTICORRUPÇÃO

A(s) pessoa(s) jurídica(s) que celebrar(em) parceria com a FUNDAÇÃO PAULISTANA por meio do presente Termo será

(serão) responsabilizada(s) objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, nos termos da

Lei Federal nº 12.846/2013.

DAS PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações estipuladas no presente Termo enseja o pagamento de multa estipulada entre 10% a

20% do valor total dos bens, serviços ou direitos ofertados em doação, sem prejuízo de indenização por danos emergentes.

DAS DISPOSIÇ Õ ES GERAIS E FINAIS

A presente doação é feita sem coação ou vício de consentimento, estando livre de quaisquer ônus ou encargos.

A FUNDAÇÃO PAULISTANA declara que aceita a doação em todos os seus termos.

Os bens, serviços ou direitos a serem doados nos termos deste ajuste serão recebidos com o ateste do gestor da FUNDAÇÃO PAULISTANA.

Fica vedada a menção à presente doação, pela DOADORA, para fins publicitários.

A presente doação não caracteriza novação, pagamento ou transação em relação a eventuais débitos da DOADORA para com a FUNDAÇÃO PAULISTANA.

O presente Termo de Doação é firmado em caráter irrevogável e irretratável.

Os casos omissos serão disciplinados pelo Decreto nº 58.102/2018 e pelo Decreto nº 40.384/2001, alterado pelo Decreto nº 52.062/2010 e, também, do Presente Edital de Chamamento Público Específico nº05/FPTEC/2021.

DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo para, esgotada obrigatoriamente a tentativa de mediação extrajudicial, dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste Termo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DATA DA ASSINATURA: 19/05/2021.

**LICITAÇÕES PAG. 71**

**DESPACHO DA COORDENADORA**

**CODAE-GABINETE**

**Do Processo nº 6016.2019/0086230-5**

INTERESSADO:SME – COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO

ESCOLAR

ASSUNTO : - Aplicação de Penalidades

CONTRATADA: APETECE SISTEMAS DE ALIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ : 60.166.832/0001-04

TC nº 35/SME/CODAE/2017

**COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**APOSTILAMENTO DO TC Nº 26/SME/CODAE/2019**

PROCESSO: 6016.2017/0029749-3

CONTRATADA: PRM SERVIÇOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI

OBJETO DO TERMO DE CONTRATO: Prestação de serviços de alimentação e nutrição escolar Lote 4 Capela do Socorro

OBJETO DO APOSTILAMENTO: Preparo de refeições paraos munícipes atendidos pela política pública “Cozinhando pelaVida”, promovida pela promovida pela Secretaria Municipal deHabitação, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,Trabalho e Turismo** e a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente Apostilamento, fundamentado pela Lei17335/2020 e seus artigos 2° e 3° § 5°, tem por objeto ainclusão de ação pontual e temporária para cooperação e atendimento da Política Pública “Cozinhando pela Vida”, promovidapela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipalde Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipalde Direitos Humanos e Cidadania, a **Secretaria Municipal deDesenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo** e a SecretariaMunicipal de Educação.

1.2 O objetivo é o fornecimento de marmitas para os munícipes residentes em áreas vulneráveis da cidade de São Paulo,processo SEI 6016.2021/00041766-6.

**PAG. 72**

**COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**APOSTILAMENTO DO TC Nº 38/SME/CODAE/2017**

PROCESSO: 6016.2017/0029748-5

CONTRATADA: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

OBJETO DO TERMO DE CONTRATO: Prestação de serviçosde alimentação e nutrição escolar LOTE 14B - SÃO MATEUS II

OBJETO DO APOSTILAMENTO: Preparo de refeições paraos munícipes atendidos pela política pública “Cozinhando pelaVida”, promovida pela promovida pela Secretaria Municipal deHabitação, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,Trabalho e Turismo** e a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente Apostilamento, fundamentado pela Lei

17335/2020 e seus artigos 2° e 3° § 5°, tem por objeto ainclusão de ação pontual e temporária para cooperação e atendimento da Política Pública “Cozinhando pela Vida”, promovidapela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipalde Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipalde Direitos Humanos e Cidadania, a **Secretaria Municipal deDesenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo** e a SecretariaMunicipal de Educação.

1.2 O objetivo é o fornecimento de marmitas para os munícipes residentes em áreas vulneráveis da cidade de São Paulo,processo SEI 6016.2021/00041766-6.

CLÁUSULA SEGUNDA - EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 A Contratada deverá fornecer um total de 95.250marmitas, no período de 15 dias, contados de 13/05/2021, deacordo com o informado e solicitado previamente pelas Secretarias Municipal de Habitação, Assistência e DesenvolvimentoSocial, Direitos Humanos e Cidadania, a **Secretaria Municipal de**

**Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo** e a Secretaria

Municipal de Educação.

2.2 A empresa ficará responsável pela aquisição de gênerosalimentícios e o preparo das refeições de acordo com quantidade previamente informadas pelas Secretarias SMDTE, SMDHCe SMADS, obedecendo ao cardápio pré-estabelecido pela CODAE, como apoio na segurança alimentar e nutricional dasrefeições. Os insumos e alimentos oferecidos devem atender àsespecificações e normas estabelecidas no Guia Alimentar para a

População Brasileira.

2.3 As marmitas poderão ser preparadas nas cozinhasde CEUs ou Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensinopré-estabelecidas ou ainda em Cozinhas Centrais da própria

Empresa Terceririzada. Caso o preparo das refeições (marmitas)seja realizado nas Cozinhas Centrais, a Empresa deverá realizar o transporte adequado e garantir a segurança alimentardos alimentos até o ponto de entrega para as Secretariasresponsáveis. De acordo com Portaria 2619/2011, os veículospara transporte dos alimentos e embalagens para alimentosdevem apresentar-se em bom estado de conservação, limpos,organizados e livres de animais sinantrópicos, produtos tóxicos,substâncias e objetos estranhos à atividade, além de garantir aintegridade e a qualidade dos produtos.

2.4 As refeições prontas para consumo devem ser acondicionadas em recipientes de material sanitário ou embalagenspróprias para alimentos, devendo estar devidamente identificados com:

Nome e o endereço do estabelecimento produtor,

Data de preparo e informação de que o consumo deveráser imediato,

A embalagem deverá ser lacrada com selo de garantia oulacre indestrutível que deverá conter a informação de que, casoo lacre esteja violado, o produto deverá ser devolvido conformedeterminado na Lei 14.732, de 28/05/08. Desta forma é possívelgarantir a integridade dos alimentos que serão transportados.

2.5 A estimativa é de fornecimento de 6.350 marmitas

por dia.2.6 Cardápio Proposto:

2.6.1 O cardápio proposto contém a sugestão de pratos para sete dias da semana, podendo ser repetido, caso a ação se estenda para mais dias.

2.6.2 A composição está disposta com seis dias com arroz/ feijão, sendo feijão carioca ou preto e um dia com macarrão. A proteína animal será oferecida com: um dia de ovo de galinha, três dias de carne de frango, dois dias de carne bovina e um dia de carne suína. Os legumes e verduras são itens da safra, portanto com disponibilidade e qualidade.

Sugestão de Cardápio

SEGUNDA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

OVO (COZIDO/MEXIDO/OMELETE)

ABOBRINHA OU CHUCHU REFOGADOS

TERÇA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

FILÉ DE FRANGO

ABÓBORA OU CENOURA REFOGADAS

QUARTA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

CARNE BOVINA MOÍDA

PURÊ DE BATATA

QUINTA MACARRÃO COM MOLHO DE TOMATE

FRANGO EM ISCAS/CUBOS

REPOLHO OU ACELGA REFOGADOS

SEXTA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

PICADINHO DE CARNE BOVINA COM BATATA

SÁBADO ARROZ

FEIJÃO PRETO

CARNE SUÍNA SEM OSSO

FAROFA COM CENOURA

DOMINGO ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

FRANGO EM ISCAS/CUBOS COM MOLHO DE TOMATE

POLENTA

2.7 Produção diária por unidade e por turno de entrega das marmitas, nos pólos definidos conjuntamente entre a SME e demais Secretarias envolvidas, nos horários das 11:00 às 14:00, sete dias por semana, podendo ser alterado de acordo com a demanda e a necessidade de atendimento da política pública.

2.8 Do Armazenamento e Entrega das Marmitas (da CONTRATADA para SMDET, SMADS e SMDHC)

2.8.1 Considerando que a refeição (marmita) será composta exclusivamente por itens quentes, para garantir a qualidade e segurança nutricional, após preparo dos alimentos, os mesmos deverão ser mantidos em temperaturas superiores a 60ºC por até 6 horas para posterior entrega para as SMDET, SMADS e SMDHC. Depois da retirada das marmitas pelas Secretariasmencionadas anteriormente, ou seja, saída do alimento da cozinha para efetiva entrega à população, a distribuição deveráocorrer em até no máximo 1 hora.

2.8.2 Caso as marmitas não sejam retiradas pelas Secretarias competentes, as refeições deverão ser distribuídas impreterivelmente dentro de período que garanta a qualidade higiênica sanitária das mesmas para os alunos pertencentes às Unidades Educacionais, onde tais refeições estão sendo elaboradas ou para educandos de escolas próximas, para suas famílias e para a comunidade, evitando o desperdício dos alimentos produzidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

3.1 A aquisição dos insumos/alimentos será de responsabilidade da Empresa Terceirizada. Também é de responsabilidade da contratada indicar o Responsável Técnico e prover a garantia da qualidade, da segurança e higiene dos alimentos recebidos, manipulados, armazenados e distribuídos.

3.2 Todas as questões relacionadas ao recebimento, preparo, transporte e entrega dos alimentos às Secretarias devem ser realizadas conforme determinado em Portaria 2619/2011.

3.3 As marmitas poderão ser preparadas nas cozinhas de CEUs ou Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino pré-estabelecidas ou ainda em Cozinhas Centrais da própria

Empresa Terceririzada. Caso o preparo das refeições (marmitas) seja realizado nas Cozinhas Centrais, a Empresa deverá realizar o transporte adequado e garantir a segurança alimentar dos alimentos até o ponto de entrega para as Secretarias responsáveis. De acordo com Portaria 2619/2011, os veículos para transporte dos alimentos e embalagens para alimentos devem apresentar-se em bom estado de conservação, limpos,organizados e livres de animais sinantrópicos, produtos tóxicos, substâncias e objetos estranhos à atividade, além de garantir aintegridade e a qualidade dos produtos.

3.4 O transporte até os locais para entrega para as Secretarias deve garantir a temperatura adequada dos alimentos transportados e não oferecer risco de contaminação para o produto. O transporte de refeições prontas para consumo deve ser realizado em veículos fechados ou compartimentos fechados epróprios para este fim.

3.5 A CONTRATADA deverá realizar o controle de temperatura dos equipamentos de conservação e manutenção da temperatura dos alimentos na cadeia quente após preparo dos mesmos para posterior distribuição, sendo de sua responsabilidade integral a aferição da qualidade e dos procedimentos higiênicos-sanitários imprescindíveis.

CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADES EM GERAL

4.1 Responsabilidade da CODAE - Caberá à Coordenadoria de Alimentação Escolar apoiar a ação promovida pelas secretarias SMDET, SMADS e SMDHC através do apostilamento dos contratos de alimentação na gestão terceirizada total (pela natureza alimentar da ação), elaborar o cardápio de acordo com as necessidades nutricionais e em conformidade com os termos do contrato, realizar o pagamento do serviço prestado.

A responsabilidade da CODAE é exclusivamente com o preparo das refeições.

4.2 Responsabilidade das Unidades Educacionais – Caberá ao gestor da unidade educacional ou pessoa por ele designada, realizar o acompanhamento da ação, garantindo o desembaraço durante a distribuição das marmitas.

4.3 Responsabilidade das Secretarias SMDET, SMADS e SMDHC – Estabelecer a metodologia de execução do projeto, no que tange: a- Definir público alvo e informar número da população em situação de alta vulnerabilidade social a serem contempladas, por região do município de São Paulo, de modo a subsidiar cálculo de valores para aditamento de contratos da SME, e respectivos pagamentos às empresas.

b- Organizar logística necessária para entrega dos alimentos (marmitas) para o público alvo deste projeto, população em situação de alta vulnerabilidade social.

c- Definir os pontos de entrega das marmitas às pessoas mais atingidas pela crise econômico-social causada pela pandemia do COVID-19.

d- Promover e organizar a distribuição das refeições no entorno do local de produção do alimento, considerando que a célula seja localizada em regiões da periferia com alto índice de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar e nutricional;

e- Determinar o local e horário de entregas em parceria com a SME;

f- Definir a equipe de profissionais que irá acompanhar o recebimento das marmitas;

g- Proceder o controle da quantidade e da qualidade

(cumprimento do cardápio e controle de temperatura) e realizar a distribuição;

h- Efetivar a entrega das marmitas à população, seguindo regulamentação da Portaria nº 2619/2011;

i- Distribuir para as famílias pertencentes à comunidade local, as marmitas que não sejam retiradas, evitando o desperdício dos alimentos produzidos;

j- Organizar a entrega das marmitas evitando a aglomeração de pessoas.

l- Controle do número de marmitas entregues. m- Indicar o método utilizado para a comprovação do recebimento da refeição pelo cidadão ou responsável por unidade familiar, não podendo cada indivíduo retirar mais do que 10

(dez) refeições por vez. n- Nomear um responsável para acompanhar e realizar o ateste da entrega de todas as refeições, bem como monitorar por meio de instrumento de medição da SME/CODAE, a contagem de refeições entregues aos beneficiários desta ação diariamente.

o- Providenciar recursos financeiros para pagamento do serviço proposto, a ser realizado com NOTA DE RESERVA com transferência, conforme Artigo nº 12 do Decreto nº 60.052 de 14 de janeiro de 2021 (Execução Orçamentária), tendo em vista se tratar de ação realizada em regime de cooperação entre Secretarias.

p- Promover uma cultura de consumo consciente e sustentável, contribuindo com a diminuição do desperdício e aproveitamento integral dos alimentos;

CLÁUSULA QUINTA - VALOR, FORMA DE MEDIÇÃO DO SERVIÇO E PAGAMENTO

5.1 Valor estimado para a execução da ação objeto deste

Apostilamento é de R$ 579.120,00 (quinhentos e setenta e nove mil cento e vinte reais).

5.2 A medição do serviço é realizada mediante comprovação do número de refeições preparadas pela contratada.

5.3 O pagamento será processado nos termos da Portaria SF nº 170/2020 e seguirá os termos de processamento do contrato.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 Ficam ratificadas em todos os seus termos, as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 38/SME/CODAE/2017, não conflitantes com o ora ajustado.

6.2 Vencidas as condições desse apostilamento, haverá o retorno da relação jurídica ao status quo ante.

**PAG. 73**

**COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**APOSTILAMENTO DO TC Nº 38/SME/CODAE/2017**

**PROCESSO: 6016.2017/0029748-5**

CONTRATADA: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA

OBJETO DO TERMO DE CONTRATO: Prestação de serviços

de alimentação e nutrição escolar LOTE 14B - SÃO MATEUS II

OBJETO DO APOSTILAMENTO: Preparo de refeições para os munícipes atendidos pela política pública “Cozinhando pela Vida”, promovida pela promovida pela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo** e a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente Apostilamento, fundamentado pela Lei 17335/2020 e seus artigos 2° e 3° § 5°, tem por objeto a inclusão de ação pontual e temporária para cooperação e atendimento da Política Pública “Cozinhando pela Vida”, promovida pela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e a Secretaria

Municipal de Educação.

1.2 O objetivo é o fornecimento de marmitas para os munícipes residentes em áreas vulneráveis da cidade de São Paulo, processo SEI 6016.2021/00041766-6.

CLÁUSULA SEGUNDA - EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 A Contratada deverá fornecer um total de 95.250marmitas, no período de 15 dias, contados de 13/05/2021, deacordo com o informado e solicitado previamente pelas Secretarias Municipal de Habitação, Assistência e DesenvolvimentoSocial, Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal deDesenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e a SecretariaMunicipal de Educação.

2.2 A empresa ficará responsável pela aquisição de gênerosalimentícios e o preparo das refeições de acordo com quantidade previamente informadas pelas Secretarias SMDTE, SMDHCe SMADS, obedecendo ao cardápio pré-estabelecido pela CODAE, como apoio na segurança alimentar e nutricional dasrefeições. Os insumos e alimentos oferecidos devem atender àsespecificações e normas estabelecidas no Guia Alimentar para a

População Brasileira.

2.3 As marmitas poderão ser preparadas nas cozinhasde CEUs ou Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensinopré-estabelecidas ou ainda em Cozinhas Centrais da própria

Empresa Terceririzada. Caso o preparo das refeições (marmitas)seja realizado nas Cozinhas Centrais, a Empresa deverá realizar o transporte adequado e garantir a segurança alimentardos alimentos até o ponto de entrega para as Secretariasresponsáveis. De acordo com Portaria 2619/2011, os veículospara transporte dos alimentos e embalagens para alimentosdevem apresentar-se em bom estado de conservação, limpos,organizados e livres de animais sinantrópicos, produtos tóxicos,substâncias e objetos estranhos à atividade, além de garantir aintegridade e a qualidade dos produtos.

2.4 As refeições prontas para consumo devem ser acondicionadas em recipientes de material sanitário ou embalagenspróprias para alimentos, devendo estar devidamente identificados com:

Nome e o endereço do estabelecimento produtor,

Data de preparo e informação de que o consumo deveráser imediato,

A embalagem deverá ser lacrada com selo de garantia oulacre indestrutível que deverá conter a informação de que, casoo lacre esteja violado, o produto deverá ser devolvido conformedeterminado na Lei 14.732, de 28/05/08. Desta forma é possívelgarantir a integridade dos alimentos que serão transportados.

2.5 A estimativa é de fornecimento de 6.350 marmitaspor dia.

2.6 Cardápio Proposto:

2.6.1 O cardápio proposto contém a sugestão de pratospara sete dias da semana, podendo ser repetido, caso a ação seestenda para mais dias.

2.6.2 A composição está disposta com seis dias com arroz/feijão, sendo feijão carioca ou preto e um dia com macarrão. Aproteína animal será oferecida com: um dia de ovo de galinha,três dias de carne de frango, dois dias de carne bovina e umdia de carne suína. Os legumes e verduras são itens da safra,portanto com disponibilidade e qualidade.

Sugestão de Cardápio

SEGUNDA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

OVO (COZIDO/MEXIDO/OMELETE)

ABOBRINHA OU CHUCHU REFOGADOS

TERÇA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

FILÉ DE FRANGO

ABÓBORA OU CENOURA REFOGADAS

QUARTA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

CARNE BOVINA MOÍDA

PURÊ DE BATATA

QUINTA MACARRÃO COM MOLHO DE TOMATE

FRANGO EM ISCAS/CUBOS

REPOLHO OU ACELGA REFOGADOS

SEXTA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

PICADINHO DE CARNE BOVINA COM BATATA

SÁBADO ARROZ

FEIJÃO PRETO

CARNE SUÍNA SEM OSSO

FAROFA COM CENOURA

DOMINGO ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

FRANGO EM ISCAS/CUBOS COM MOLHO DE TOMATE

POLENTA

2.7 Produção diária por unidade e por turno de entrega dasmarmitas, nos pólos definidos conjuntamente entre a SME edemais Secretarias envolvidas, nos horários das 11:00 às 14:00,sete dias por semana, podendo ser alterado de acordo com ademanda e a necessidade de atendimento da política pública.

2.8 Do Armazenamento e Entrega das Marmitas (da CONTRATADA para SMDET, SMADS e SMDHC)

2.8.1 Considerando que a refeição (marmita) será composta exclusivamente por itens quentes, para garantir a qualidadee segurança nutricional, após preparo dos alimentos, os mesmos deverão ser mantidos em temperaturas superiores a 60ºCpor até 6 horas para posterior entrega para as SMDET, SMADSe SMDHC. Depois da retirada das marmitas pelas Secretariasmencionadas anteriormente, ou seja, saída do alimento dacozinha para efetiva entrega à população, a distribuição deveráocorrer em até no máximo 1 hora.

2.8.2 Caso as marmitas não sejam retiradas pelas Secretarias competentes, as refeições deverão ser distribuídasimpreterivelmente dentro de período que garanta a qualidadehigiênica sanitária das mesmas para os alunos pertencentesàs Unidades Educacionais, onde tais refeições estão sendoelaboradas ou para educandos de escolas próximas, para suasfamílias e para a comunidade, evitando o desperdício dos alimentos produzidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

3.1 A aquisição dos insumos/alimentos será de responsabilidade da Empresa Terceirizada. Também é de responsabilidadeda contratada indicar o Responsável Técnico e prover a garantiada qualidade, da segurança e higiene dos alimentos recebidos,manipulados, armazenados e distribuídos.

3.2 Todas as questões relacionadas ao recebimento, preparo, transporte e entrega dos alimentos às Secretarias devem serrealizadas conforme determinado em Portaria 2619/2011.

3.3 As marmitas poderão ser preparadas nas cozinhasde CEUs ou Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensinopré-estabelecidas ou ainda em Cozinhas Centrais da própria

Empresa Terceririzada. Caso o preparo das refeições (marmitas)seja realizado nas Cozinhas Centrais, a Empresa deverá realizar o transporte adequado e garantir a segurança alimentardos alimentos até o ponto de entrega para as Secretariasresponsáveis. De acordo com Portaria 2619/2011, os veículospara transporte dos alimentos e embalagens para alimentosdevem apresentar-se em bom estado de conservação, limpos,organizados e livres de animais sinantrópicos, produtos tóxicos,substâncias e objetos estranhos à atividade, além de garantir aintegridade e a qualidade dos produtos.

3.4 O transporte até os locais para entrega para as Secretarias deve garantir a temperatura adequada dos alimentostransportados e não oferecer risco de contaminação para o produto. O transporte de refeições prontas para consumo deve serrealizado em veículos fechados ou compartimentos fechados epróprios para este fim.

3.5 A CONTRATADA deverá realizar o controle de temperatura dos equipamentos de conservação e manutenção datemperatura dos alimentos na cadeia quente após preparo dosmesmos para posterior distribuição, sendo de sua responsabilidade integral a aferição da qualidade e dos procedimentoshigiênicos-sanitários imprescindíveis.

CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADES EM GERAL4.1 Responsabilidade da CODAE - Caberá à Coordenadoriade Alimentação Escolar apoiar a ação promovida pelas secretarias SMDET, SMADS e SMDHC através do apostilamento doscontratos de alimentação na gestão terceirizada total (pelanatureza alimentar da ação), elaborar o cardápio de acordocom as necessidades nutricionais e em conformidade com ostermos do contrato, realizar o pagamento do serviço prestado.

A responsabilidade da CODAE é exclusivamente com o preparodas refeições.

4.2 Responsabilidade das Unidades Educacionais - Caberáao gestor da unidade educacional ou pessoa por ele designada,

realizar o acompanhamento da ação, garantindo o desembaraço durante a distribuição das marmitas.4.3 Responsabilidade das Secretarias SMDET, SMADS e

SMDHC – Estabelecer a metodologia de execução do projeto,no que tange:a- Definir público alvo e informar número da população em

situação de alta vulnerabilidade social a serem contempladas,por região do município de São Paulo, de modo a subsidiarcálculo de valores para aditamento de contratos da SME, erespectivos pagamentos às empresas.

b- Organizar logística necessária para entrega dos alimentos (marmitas) para o público alvo deste projeto, população emsituação de alta vulnerabilidade social.

c- Definir os pontos de entrega das marmitas às pessoasmais atingidas pela crise econômico-social causada pela pandemia do COVID-19.

d- Promover e organizar a distribuição das refeições noentorno do local de produção do alimento, considerando quea célula seja localizada em regiões da periferia com alto índicede vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar enutricional;e- Determinar o local e horário de entregas em parceriacom a SME;

f- Definir a equipe de profissionais que irá acompanhar orecebimento das marmitas;

g- Proceder o controle da quantidade e da qualidade(cumprimento do cardápio e controle de temperatura) e realizara distribuição;

h- Efetivar a entrega das marmitas à população, seguindoregulamentação da Portaria nº 2619/2011;

i- Distribuir para as famílias pertencentes à comunidadelocal, as marmitas que não sejam retiradas, evitando o desperdício dos alimentos produzidos;

j- Organizar a entrega das marmitas evitando a aglomeração de pessoas.

l- Controle do número de marmitas entregues.m- Indicar o método utilizado para a comprovação do recebimento da refeição pelo cidadão ou responsável por unidadefamiliar, não podendo cada indivíduo retirar mais do que 10

(dez) refeições por vez.n- Nomear um responsável para acompanhar e realizaro ateste da entrega de todas as refeições, bem como monitorar por meio de instrumento de medição da SME/CODAE, acontagem de refeições entregues aos beneficiários desta açãodiariamente.

o- Providenciar recursos financeiros para pagamento doserviço proposto, a ser realizado com NOTA DE RESERVA comtransferência, conforme Artigo nº 12 do Decreto nº 60.052 de

14 de janeiro de 2021 (Execução Orçamentária), tendo em vistase tratar de ação realizada em regime de cooperação entre

Secretarias.

p- Promover uma cultura de consumo consciente e sustentável, contribuindo com a diminuição do desperdício e aproveitamento integral dos alimentos;

CLÁUSULA QUINTA - VALOR, FORMA DE MEDIÇÃO DO

SERVIÇO E PAGAMENTO

5.1 Valor estimado para a execução da ação objeto deste

Apostilamento é de R$ 579.120,00 (quinhentos e setenta enove mil cento e vinte reais).

5.2 A medição do serviço é realizada mediante comprovação do número de refeições preparadas pela contratada.

5.3 O pagamento será processado nos termos da Portaria

SF nº 170/2020 e seguirá os termos de processamento docontrato.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 Ficam ratificadas em todos os seus termos, as demaiscláusulas do Termo de Contrato nº 38/SME/CODAE/2017, nãoconflitantes com o ora ajustado.

6.2 Vencidas as condições desse apostilamento, haverá oretorno da relação jurídica ao status quo ante.

**COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**EXTRATO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 58/**

**SME/CODAE/2017**

6016.2017/0039148-1– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/

SME/2016 - CONTRATADA: SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS

LTDA, CNPJ: 61.980.272/0001-90 - OBJETO DO CONTRATO:

Prestação de serviços de alimentação e nutrição escolar LOTE

9 - JAÇANA/TREMEMBÉ. OBJETO DO APOSTILAMENTO: Preparo de refeições para os munícipes atendidos pela políticapública “Cozinhando pela Vida”, promovida pela promovidapela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipalde Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipalde Direitos Humanos e Cidadania, a **Secretaria Municipal deDesenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo** e a Secretaria

Municipal de Educação. Despacho Autorizatório publicado no

DOC de: 12/05/2021 pág. 36

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente Apostilamento, fundamentado pela Lei

17335/2020 e seus artigos 2° e 3° § 5°, tem por objeto ainclusão de ação pontual e temporária para cooperação e atendimento da Política Pública “Cozinhando pela Vida”, promovidapela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipalde Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipalde Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e a Secretaria

Municipal de Educação.

1.2 O objetivo é o fornecimento de marmitas para os munícipes residentes em áreas vulneráveis da cidade de São Paulo,

processo SEI 6016.2021/00041766-6.

CLAUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 A Contratada deverá fornecer um total de 40.350marmitas, no período de 15 dias, contados de 13/05/2021, deacordo com o informado e solicitado previamente pelas Secretarias Municipal de Habitação, Assistência e DesenvolvimentoSocial, Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e a Secretaria

Municipal de Educação.

2.2 A empresa ficará responsável pela aquisição de gênerosalimentícios e o preparo das refeições de acordo com quantidade previamente informadas pelas Secretarias SMDTE, SMDHCe SMADS, obedecendo ao cardápio pré-estabelecido pela CODAE, como apoio na segurança alimentar e nutricional dasrefeições. Os insumos e alimentos oferecidos devem atender àsespecificações e normas estabelecidas no Guia Alimentar para a

População Brasileira.

2.3 As marmitas poderão ser preparadas nas cozinhasde CEUs ou Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensinopré-estabelecidas ou ainda em Cozinhas Centrais da própriaEmpresa Terceririzada. Caso o preparo das refeições (marmitas)seja realizado nas Cozinhas Centrais, a Empresa deverá realizar o transporte adequado e garantir a segurança alimentardos alimentos até o ponto de entrega para as Secretariasresponsáveis. De acordo com Portaria 2619/2011, os veículospara transporte dos alimentos e embalagens para alimentosdevem apresentar-se em bom estado de conservação, limpos,organizados e livres de animais sinantrópicos, produtos tóxicos,substâncias e objetos estranhos à atividade, além de garantir aintegridade e a qualidade dos produtos.

2.4 As refeições prontas para consumo devem ser acondicionadas em recipientes de material sanitário ou embalagenspróprias para alimentos, devendo estar devidamente identificados com:

•Nome e o endereço do estabelecimento produtor,

•Data de preparo e informação de que o consumo deveráser imediato,

•A embalagem deverá ser lacrada com selo de garantia oulacre indestrutível que deverá conter a informação de que, casoo lacre esteja violado, o produto deverá ser devolvido conformedeterminado na Lei 14.732, de 28/05/08. Desta forma é possívelgarantir a integridade dos alimentos que serão transportados.

2.5 A estimativa é de fornecimento de 2.690 marmitaspor dia.

2.6 Cardápio Proposto

2.6.1 O cardápio proposto contém a sugestão de pratospara sete dias da semana, podendo ser repetido, caso a ação seestenda para mais dias.

2.6.2 A composição está disposta com seis dias com arroz/feijão, sendo feijão carioca ou preto e um dia com macarrão. Aproteína animal será oferecida com: um dia de ovo de galinha,três dias de carne de frango, dois dias de carne bovina e umdia de carne suína. Os legumes e verduras são itens da safra,portanto com disponibilidade e qualidade.

Sugestão de Cardápio

SEGUNDA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

OVO (COZIDO/MEXIDO/OMELETE)

ABOBRINHA OU CHUCHU REFOGADOS

TERÇA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

FILÉ DE FRANGO

ABÓBORA OU CENOURA REFOGADAS

QUARTA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

CARNE BOVINA MOÍDA

PURÊ DE BATATA

QUINTA MACARRÃO COM MOLHO DE TOMATE

FRANGO EM ISCAS/CUBOS

REPOLHO OU ACELGA REFOGADOS

SEXTA ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

PICADINHO DE CARNE BOVINA COM BATATA

SÁBADO ARROZ

FEIJÃO PRETO

CARNE SUÍNA SEM OSSO

FAROFA COM CENOURA

DOMINGO ARROZ

FEIJÃO CARIOCA

FRANGO EM ISCAS/CUBOS COM MOLHO DE TOMATE

POLENTA

2.7 Produção diária por unidade e por turno de entrega dasmarmitas, nos pólos definidos conjuntamente entre a SME edemais Secretarias envolvidas, nos horários das 11:00 às 14:00,sete dias por semana, podendo ser alterado de acordo com ademanda e a necessidade de atendimento da política pública.

2.8 Do Armazenamento e Entrega das Marmitas (da CONTRATADA para SMDET, SMADS e SMDHC)

2.8.1 Considerando que a refeição (marmita) será composta exclusivamente por itens quentes, para garantir a qualidadee segurança nutricional, após preparo dos alimentos, os mesmos deverão ser mantidos em temperaturas superiores a 60ºCpor até 6 horas para posterior entrega para as SMDET, SMADSe SMDHC. Depois da retirada das marmitas pelas Secretariasmencionadas anteriormente, ou seja, saída do alimento dacozinha para efetiva entrega à população, a distribuição deveráocorrer em até no máximo 1 hora.

2.8.2 Caso as marmitas não sejam retiradas pelas Secretarias competentes, as refeições deverão ser distribuídasimpreterivelmente dentro de período que garanta a qualidadehigiênica sanitária das mesmas para os alunos pertencentesàs Unidades Educacionais, onde tais refeições estão sendoelaboradas ou para educandos de escolas próximas, para suasfamílias e para a comunidade, evitando o desperdício dos alimentos produzidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

3.1 A aquisição dos insumos/alimentos será de responsabilidade da Empresa Terceirizada. Também é de responsabilidadeda contratada indicar o Responsável Técnico e prover a garantiada qualidade, da segurança e higiene dos alimentos recebidos,manipulados, armazenados e distribuídos.

3.2 Todas as questões relacionadas ao recebimento, preparo, transporte e entrega dos alimentos às Secretarias devem serrealizadas conforme determinado em Portaria 2619/2011.

3.3 As marmitas poderão ser preparadas nas cozinhasde CEUs ou Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensinopré-estabelecidas ou ainda em Cozinhas Centrais da própria

Empresa Terceririzada. Caso o preparo das refeições (marmitas)seja realizado nas Cozinhas Centrais, a Empresa deverá realizar o transporte adequado e garantir a segurança alimentardos alimentos até o ponto de entrega para as Secretariasresponsáveis. De acordo com Portaria 2619/2011, os veículospara transporte dos alimentos e embalagens para alimentosdevem apresentar-se em bom estado de conservação, limpos,organizados e livres de animais sinantrópicos, produtos tóxicos,substâncias e objetos estranhos à atividade, além de garantir aintegridade e a qualidade dos produtos.

3.4 O transporte até os locais para entrega para as Secretarias deve garantir a temperatura adequada dos alimentostransportados e não oferecer risco de contaminação para o produto. O transporte de refeições prontas para consumo deve serrealizado em veículos fechados ou compartimentos fechados epróprios para este fim.

3.5 A CONTRATADA deverá realizar o controle de temperatura dos equipamentos de conservação e manutenção datemperatura dos alimentos na cadeia quente após preparo dosmesmos para posterior distribuição, sendo de sua responsabilidade integral a aferição da qualidade e dos procedimentoshigiênicos-sanitários imprescindíveis.

CLÁUSULA QUARTA – RESPONSABILIDADES EM GERAL

4.1 Responsabilidade da CODAE - Caberá à Coordenadoriade Alimentação Escolar apoiar a ação promovida pelas secretarias SMDET, SMADS e SMDHC através do apostilamento doscontratos de alimentação na gestão terceirizada total (pelanatureza alimentar da ação), elaborar o cardápio de acordocom as necessidades nutricionais e em conformidade com ostermos do contrato, realizar o pagamento do serviço prestado.

A responsabilidade da CODAE é exclusivamente com o preparodas refeições.

4.2 Responsabilidade das Unidades Educacionais - Caberáao gestor da unidade educacional ou pessoa por ele designada,realizar o acompanhamento da ação, garantindo o desembaraço durante a distribuição das marmitas.

4.3 Responsabilidade das Secretarias SMDET, SMADS eSMDHC – Estabelecer a metodologia de execução do projeto,no que tange:

a- Definir público-alvo e informar número da população emsituação de alta vulnerabilidade social a serem contempladas,por região do município de São Paulo, de modo a subsidiarcálculo de valores para aditamento de contratos da SME, erespectivos pagamentos às empresas.

b- Organizar logística necessária para entrega dos alimentos (marmitas) para o público-alvo deste projeto, população emsituação de alta vulnerabilidade social.

c- Definir os pontos de entrega das marmitas às pessoasmais atingidas pela crise econômico-social causada pela pandemia do COVID-19.

d-Promover e organizar a distribuição das refeições noentorno do local de produção do alimento, considerando quea célula seja localizada em regiões da periferia com alto índicede vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar enutricional;

e- Determinar o local e horário de entregas em parceriacom a SME;

f- Definir a equipe de profissionais que irá acompanhar orecebimento das marmitas;

g- Proceder o controle da quantidade e da qualidade

(cumprimento do cardápio e controle de temperatura) e realizara distribuição;

h-Efetivar a entrega das marmitas à população, seguindoregulamentação da Portaria nº 2619/2011;

i-Distribuir para as famílias pertencentes à comunidadelocal, as marmitas que não sejam retiradas, evitando o desperdício dos alimentos produzidos;

j-Organizar a entrega das marmitas evitando a aglomeração de pessoas.

l- Controle do número de marmitas entregues.

m- Indicar o método utilizado para a comprovação do recebimento da refeição pelo cidadão ou responsável por unidadefamiliar, não podendo cada indivíduo retirar mais do que 10

(dez) refeições por vez.

n- Nomear um responsável para acompanhar e realizaro ateste da entrega de todas as refeições, bem como monitorar por meio de instrumento de medição da SME/CODAE, acontagem de refeições entregues aos beneficiários desta açãodiariamente.

o- Providenciar recursos financeiros para pagamento doserviço proposto, a ser realizado com NOTA DE RESERVA comtransferência, conforme Artigo nº 12 do Decreto nº 60.052 de

14 de janeiro de 2021 (Execução Orçamentária), tendo em vistase tratar de ação realizada em regime de cooperação entre

Secretarias.

p- Promover uma cultura de consumo consciente e sustentável, contribuindo com a diminuição do desperdício e aproveitamento integral dos alimentos;

CLÁUSULA QUINTA – VALOR, FORMA DE MEDIÇÃO DO

SERVIÇO E PAGAMENTO

5.1 Valor estimado para a execução da ação objeto deste

Apostilamento é de R$ 227.977,50 (duzentos e vinte e sete milnovecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

5.3 A medição do serviço é realizada mediante comprovação do número de refeições preparadas pela contratada.

5.4 O pagamento será processado nos termos da Portaria

SF nº 170/2020 e seguirá os termos de processamento docontrato.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 Ficam ratificadas em todos os seus termos, as demaiscláusulas do Termo de Contrato nº 58/SME/CODAE/2017, nãoconflitantes com o ora ajustado.

6.2 Vencidas as condições desse apostilamento, haverá oretorno da relação jurídica ao status quo ante.

DESPACHO DO SECRETÁRIO

SME

6016.2017/0052838-0 - Celebração de parcerias com organizações da sociedade civil (Lei 13.019/14 e Decreto 57.575/16)

- Interessado: SME/COCEU/NTAA - Assunto: Aditamento ao

Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2018. - I. À vista doselementos constantes dos autos (6016.2017/0052838-0), emespecial as manifestações de SME/COCEU (044007735) e

SME/COGED/DIPAR (044542852) a respeito, AUTORIZO, comfundamento na Lei nº 8.666/93, a prorrogação por 24 meses, apartir de 24/05/2021, do Acordo de Cooperação nº 04/2018 formalizado com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula

Souza, CNPJ nº 62.823.257/0001-09. - II. A presente prorrogação não envolve transferência de recursos entre as partes. - III.

O aditamento deverá ser formalizado em conformidade com oparecer da Assessoria Jurídica (044673074).

DESPACHO DO SECRETÁRIO

SME

6016.2021/0040543-9 - Interessado: SME/COPED/NTC/

NEER

Assunto: Celebração do Termo de Acordo de Cooperação

Técnica - I. Tendo em vista as manifestações do COPED/NTC/

NEER constantes no (doc 043195618), bem como a manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta (doc 044426056), AUTORIZO a formalização de Acordo de Cooperação Técnica coma Câmara Municipal de São Paulo, pessoa jurídica de direitopúblico interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.176.288/0001-

28, visando à realização conjunta do projeto interinstitucional

“Desigualdades Raciais e Socioespaciais e Equidade Educacional na Cidade de São Paulo: Conhecer para Agir”, conforme Plano de Trabalho (043931768) e Minuta do Acordo (044153023)encartadosao presente processo. - II. O Acordo de Cooperação

Técnica ora autorizado não envolve transferências de recursosfinanceiros entre as partes.

DESPACHO DA COORDENADORA

COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - SME/CODAE

6016.2017/0039148-1- SME/CODAE – Termo de Contratonº 58/SME/CODAE/2017- Prestação de serviços de alimentaçãoe nutrição escolar LOTE 9 - JAÇANA/TREMEMBÉ. Autorizaçãopara apostilamento do contrato para atendimento da políticapública “Cozinhando pela Vida”, promovida pela Secretaria

Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Assistênciae Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Direitos

Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e a Secretaria Municipalde Educação. Em vista dos elementos constantes do processo

6016.2017/0039148-1, em especial, a manifestação de SME/

GAB doc SEI 043504099 e SME/AJ doc SEI 043371472, e, ainda,da CODAE/DINUTRE em doc SEI 044699596, com fulcro na

Lei 17.335/2020, no Decreto Municipal n. 59.283/2020 e no

Decreto 60.052/2021, AUTORIZO o apostilamento ao Termo de

Contrato 58/SME/CODAE/2017, firmado com a empresa SHA

COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – CNPJ 61.980.272/0001-90,consistente no preparo de refeições para estudantes da redemunicipal, para que conste o preparo de refeições para atendimento da política pública “Cozinhando pela Vida”, promovidapela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipalde Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipalde Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e a Secretaria

Municipal de Educação, que corresponderá a 1.075 marmitas/dia, durante o período de 10 dias, com vigência de 10 dias, querepresenta quantitativo ocioso do contrato em vigor. II – O valordo contrato correspondente à política “Cozinhando pela Vida”é estimado em R$ 60.737,50 (sessenta mil setecentos e trinta esete reais e cinquenta centavos), que deverá ser repassado paraesta Coordenadoria de Alimentação Escolar, conforme o Planode Trabalho de doc. SEI 043205651, pelas secretarias SMDTE,

SMADS e SMDH

DESPACHO DA COORDENADORA

COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - SME/CODAE

6016.2017/0029749-3- SME/CODAE – Termo de Contratonº 26/SME/CODAE/2017 - Prestação de serviços de alimentação e nutrição escolar Lote 4 Capela do Socorro. Autorização para apostilamento do contrato para atendimento da política pública “Cozinhando pela Vida”, promovida pela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo** e a Secretaria Municipal de Educação. I - Em vista dos elementos constantes do processo 6016.2017/0029749-3, em especial, a manifestação de SME/ GAB doc SEI 043894984 e SME/AJ doc SEI 043203141, e ainda, da CODAE/DINUTRE em doc SEI 044703696, com fulcro na Lei 17.335/2020, no Decreto Municipal n. 59.283/2020 e no Decreto 60.052/2021, AUTORIZO o apostilamento ao Termo de Contrato 26/SME/CODAE/2017, firmado com a empresa PRM Serviços e Mão de Obra Especializada Eireli – CNPJ 03.706.826/0001-69, consistente no preparo de refeições para estudantes da rede municipal, para que conste o preparo de refeições para atendimento da política pública “Cozinhando pela Vida”, promovida pela Secretaria Municipal de Habitação,

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social,

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo** e a Secretaria Municipal de Educação, que corresponderá a 7.200 marmitas/dia, durante o período de 10 dias, com vigência de 10 dias, que representa quantitativo ocioso do contrato em vigor; II– O valor do contrato correspondente à política “Cozinhando pela Vida” é estimado em R$ 506.880,00 (quinhentos e seis mil oitocentos e oitenta reais) que deverá ser repassado para esta Coordenadoria de Alimentação Escolar, conforme o Plano de Trabalho em doc. SEI 043166975, pelas secretarias SMDTE, SMADS e SMDH

DESPACHO DA COORDENADORA

COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - SME/CODAE

6016.2017/0029745-0- SME/CODAE – Termo de Contrato nº 35/SME/CODAE/2017- Prestação de serviços de alimentação e nutrição escolar LOTE 6 - GUAIANAZES, LOTE 8 - ITAQUERA,

LOTE 11A - PENHA I e LOTE 11B - PENHA II. Autorização para apostilamento do contrato para atendimento da política pública “Cozinhando pela Vida”, promovida pela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e a Secretaria Municipal de Educação I - Em vista dos elementos constantes do processo 6016.2017/0029745-0, em especial, a manifestação de SME/ GAB doc SEI 043712748 e SME/AJ doc SEI 043552122, e, ainda, da CODAE/DINUTRE em doc SEI 044701859, com fulcro na Lei 17.335/2020, no Decreto Municipal n. 59.283/2020 e no Decreto 60.052/2021, AUTORIZO o apostilamento ao Termo de Contrato 35/SME/CODAE/2017, firmado com a empresa APETECE SISTEMAS DE ALIMENTACAO S/A – CNPJ 60.166.832/0001-04, consistente no preparo de refeições para estudantes da rede municipal, para que conste o preparo de refeições para atendi mento da política pública “Cozinhando pela Vida”, promovida pela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e a Secretaria Municipal de Educação, que corresponderá a 6.000 marmitas/ dia, durante o período de 10 dias, com vigência de 10 dias, que representa quantitativo ocioso do contrato em vigor; II – O valor do contrato correspondente à política “Cozinhando pela Vida” é estimado em R$ 298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais), que deverá ser repassado para esta Coordenadoria de Alimentação Escolar, conforme o Plano de Trabalho de doc.

SEI 043154050, pelas secretarias SMDTE, SMADS e SMDH.

DESPACHO DA COORDENADORA

COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - SME/CODAE

6016.2017/0029750-7- SME/CODAE – Termo de Contrato nº 34/SME/CODAE/2017- Prestação de serviços de alimentação e nutrição escolar LOTE 5 - FREGUESIA DO Ó e LOTE 14A -

SÃO MATEUS I. Autorização para apostilamento do contrato para atendimento da política pública “Cozinhando pela Vida”, promovida pela Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo** e a Secretaria Municipal de Educação I - Em vista dos elementos constantes do processo 6016.2017/0029750-7, em especial, a manifestação de SME/GAB doc SEI 043503848 e SME/AJ doc SEI 043382780, e, ainda, da CODAE/DINUTRE em doc SEI 044696624, com fulcro na Lei 17.335/2020, no Decreto Municipal n. 59.283/2020 e no Decreto 60.052/2021, AUTORIZO o apostilamento ao Termo de Contrato 34/SME/CODAE/2017, firmado com a empresa SHA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA–

CNPJ 61.980.272/0001-90, consistente no preparo de refeições para estudantes da rede municipal, para que conste o preparo de refeições para atendimento da política pública “Cozinhandopela Vida”, promovida pela Secretaria Municipal de Habitação,Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social,Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho eTurismo e a Secretaria Municipal de Educação, que corresponderá a 7.535 marmitas/dia, durante o período de 10 dias, comvigência de 10 dias, que representa quantitativo ocioso do contrato em vigor; II– O valor do contrato correspondente à política

“Cozinhando pela Vida” é estimado em R$ 422.713,50 (quatrocentos e vinte e dois mil setecentos e treze reais e cinquentacentavos), que deverá ser repassado para esta Coordenadoriade Alimentação Escolar, conforme o Plano de Trabalho de doc.

SEI 043187367, pelas secretarias SMDTE, SMADS e SMDH

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DOIPIRANGA

DESPACHO DA DIRETORA

6016.2017/0049858-8 ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE E ESPERANÇA CEI CORAÇÃO DE MARIA I - À vista da competênciadelegada pela Portaria SME nº 5.318 de 24 de agosto de 2020,e com base nos elementos constantes nos autos, a qual adotocomo razão de decidir, autorizo o APOSTILAMENTO ao Termo de Colaboração nº 1085/DRE-IP/2017 - RPI, alterando o nome da organização ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE E ESPERANÇA para

INSTITUTO CLARET – Associação Solidariedade e Desenvolvimento Humano. II – Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Colaboração nº 1085/DRE-IP/2017 – RPI, assinado em 29/12/2017 e seus aditamentos, não conflitantes com o ora ajustado, observando-se a legislação vigente.

DESPACHO DA DIRETORA

6016.2017/0048900-7 ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE E ESPERANÇA CEI CLARET - I - À vista da competência delegada pela Portaria SME nº 5.318 de 24 de agosto de 2020, e com base nos elementos constantes nos autos, a qual adoto como razão de decidir, autorizo o APOSTILAMENTO ao Termo de Colaboração nº 903/DRE-IP/2017 - RPP, alterando o nome da organização ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE E ESPERANÇA para INSTITUTO CLARET – Associação Solidariedade e Desenvolvimento Humano. II – Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Colaboração nº 903/DRE-IP/2017 – RPP, assinado em 29/12/2017 e seus aditamentos, não conflitantes com o ora ajustado, observando-se a legislação vigente

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JAÇANÃ / TREMEMBÉ

ADITAMENTO DO CONTRATO N.º 002/DRE-JT/2016 -

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

PATRIMONIAL DESARMADA E MONITORAMENTO ELETRÔNICO

NO ALMOXARIFADO DA DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

JAÇANÃ/TREMEMBÉ

6016.2016/0001260-8 I- À vista dos elementos que instruem o presente Processo Administrativo, notadamente as manifestações dos setores da DRE/JT e, em conformidade coma delegação de competência conferida pela Portaria SME nº.5.318/20, AUTORIZO, com amparo no §4º do art. 57 da Lei 8.666/1993, e no artigo 46, do Decreto Municipal nº. 44.279/03,a prorrogação pelo período de 12 (doze) meses, a partir de

06/06/2021, do Contrato nº. 002/DRE-JT/2016, lavrado com a Empresa ORPAN - ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA inscrita, no CNPJ sob nº 05.137.100/0001-88, objetivando a prorrogação da prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada e monitoramento eletrônico no almoxarifado da Diretoria Regional de Educação Jaçanã Tremembé, pelo valor total de R$ 256.950,48 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), conforme minuta anexa;

II - Em consequência, para suportar a despesa decorrente do presente aditamento, autorizo a emissão das Notas de Empenho, que deverá onerar a dotação orçamentária nº 16.12 .12.122.3024.2100.339.039.00.00 em R$ 146.318,99 (cento e quarenta e seis mil, trezentos e dezoito reais e noventa e nove centavos), por meio da Nota de Reserva nº 1.550/2021, sendoque o restante deverá onerar dotação apropriada para o próximo exercício financeiro;

III - Com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 54.873/2014,

INDICO E DESIGNO, como gestor do contrato, o servidor Marcos

Roberto Ricardo, RF: 726.217.5/2, como fiscal desta contratação, a servidor Sérgio Silva Coelho, RF 754.212.7/1 e como suplente o servidor Wilson Pereira Borges, RF: 551.974.8/2; CEU GESTÃO JAÇANÃ - SERVIÇOS EMERGENCIAIS

6016.2021/0048914-4 I. À vista dos elementos que instruem este Processo Administrativo, nos termos do inciso I do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Decreto nº. 9.412/18, Lei Municipal nº. 13.278/02 e alterações, Decreto nº. 44.279/03 e alterações e Decreto nº. 59.171/20, em conformidade com a delegação de competência conferida pela Portaria SME nº. 5.318/2020, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, a contratação direta da Empresa L.A DA SILVA NETO MAT., CNPJ nº: 37.516.364/0001-39, no valor total de R$ 31.406,05 (trinta e um mil, quatrocentos e seis reais e cinco centavos), objetivando a realização de serviços de manutenção no CEU GESTÃO JAÇANÃ, conforme Memorial Descritivo, com prazo de até 30 (trinta) dias para conclusão do serviço, contado a partir da retirada da emissão da ordem de serviço;

II. Em consequência, para suportar a despesa decorrente do presente contratação, autorizo a emissão da Nota de Empenho, a onerar a dotação orçamentária nº: 16.12.12.368.3010.4364.3 39.039.00.00 em R$ 31.406,05 (trinta e um mil, quatrocentos e seis reais e cinco centavos), do orçamento vigente, por meio da nota de reserva nº: 29.260/2021;

III. Com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 54.873/2014,

INDICO E DESIGNO, como fiscal desta contratação, os servidores Barbara Bianca Lima da Silva, RF 858.656.0/1 e, como suplente Daniela do Nascimento Drygala, 759.438.1/1;

**TRIBUNAL DE CONTAS PAG. 92**

**Presidente: Conselheiro João Antônio**

GABINETE DO PRESIDENTE

PAUTA

**P A U T A**

DA 339a SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, A REALIZAR-

-SE NO DIA 26/05/2021, ÀS 9h30min, POR SISTEMA ELETRÔNICO DE VIDEOCONFERÊNCIA, COM FULCRO NA RESOLUÇÃO N.º

06/2020, E RESPALDO NO DECRETO MUNICIPAL N.º 59.283, DE

16 DE MARÇO DE 2020.

- I -

O R D E M D O D I A

- I I -

J U L G A M E N T O S

PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA CONSELHEIRO JOÃO ANTONIO

I - RELATOR CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO

BRAGUIM

IV - RELATOR CONSELHEIRO CORREGEDOR EDUARDO

TUMA

A - REVISOR CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO

BRAGUIM

6)TC 3.402/2019 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo - Acompanhamento – Verificar a regularidade do edital do Pregão Eletrônico 03/2019-SGM/ SMTUR, cujo objeto é a prestação de serviços de concepção, organização, produção e execução de eventos, com viabilização de infraestrutura e fornecimento de alimentação e de bebidas (por exemplo: buffet e kit lanches e bebidas), apoio logístico para a concepção, planejamento, coordenação e execução de eventos, quanto aos aspectos de legalidade, formalidade e mérito (CAV) (Processo Eletrônico)

(Tramita em conjunto com o TC 4.039/2019) (Itens englobados - 6 e 7)

7)TC 4.039/2019 - Vereador Caio Miranda Carneiro (Câmara Municipal de São Paulo) - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo - Representação interposta em face do edital do Pregão Eletrônico 03/2019-SGM/ SMTUR, cujo objeto é a prestação de serviços de concepção, organização, produção e execução de eventos, com viabilização de infraestrutura e fornecimento alimentação e bebidas (por exemplo: buffet e kit lanches e bebidas), apoio logístico para a concepção, planejamento, coordenação e execução de eventos

(JT) (Processo Eletrônico)

(Tramita em conjunto com o TC 3.402/2019)

(Itens englobados - 6 e 7)